

ACTA NÚMERO 13
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2007

Aos 29 dias do mês de Setembro do ano de dois mil e sete, reuniu, pelas 9.00 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída pelos senhores: Dr. Celso Pimenta de Freitas, Dra. Angelina Teixeira e o senhor Dr. José Ribeiro da Costa Nunes, respectivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar pelos senhores Dr. Armindo José da Cunha Abreu, Dra. Octávia Clemente, Eng. Carlos Silva, Dr. Amadeu Magalhães, senhor João Sardoeira, Dr. Ricardo Martins e o senhor Avelino Ferreira Torres, respectivamente Presidente e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Celso Pimenta de Freitas, Eugénia Maria Moura Teixeira, Ercília Gonçalves da Costa, Pedro Cunha, Abel Coelho, Luís Rua Van Zeller de Macedo, Alcino Carvalho, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, Alberto Joaquim Sampaio Pinto, Olívia da Conceição Carvalho, José Emanuel Queirós, José da Silva Lima, Raimundo Magalhães Carvalho, Manuel Antunes de Magalhães, Maria Rosa Castro Estebainha, Eduardo Oliveira Pinheiro, Amélia Maria Gomes de Oliveira, Joaquim Cândido Leite Moreira, Manuel Cândido Mendes Costa, António Jorge Vieira Ricardo, Marco Tiago Carneiro, Carla Babo, Maria José Quintela Castelo Branco, Armindo Rui Monteiro Barbosa, José Augusto Carvalho Pinto da Silva, Luís Miguel Magalhães Ribeiro, António Alcino Norte Simões, Sérgio Lima da Cunha, Carlos António Carvalho, Manuel António Carvalho Nogueira, Manuel Costa Azevedo, Fernando Carlos Gonçalves Cerqueira e António Júlio Vasconcelos Moreira.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

AMARANTE (S. GONÇALO) – Artur Correia
ANSIÃES – Armando Batista Carvalho
ABOIM – Manuel Agostinho F. Moura
ABOADELA – João Pinheiro
BUSTELO – Manuel Ribeiro da Lage
CANADELO – Manuel Claro
CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho
CARNEIRO – Joaquim Briga
CEPELOS – Américo Paulo Silva Ribeiro

CARVALHO DE REI – Ilidio Pinto
CHAPA – António Cândido Pinheiro
FIGUEIRÓ (S. TIAGO) - Daniel Pinheiro
FIGUEIRÓ (St^a Cristina) – António Magalhães Teixeira
FREIXO DE BAIXO – Armando Moura Maia
FREIXO DE CIMA – Abilio Neves
FRIDÃO – José Joaquim Magalhães Teixeira
FREGIM – Joaquim Sousa e Castro
GATÃO – Joaquim Coelho
GONDAR – António Bastos Teixeira
JAZENTE – Manuel da Silva Pinheiro
Lomba – Paulo Vasconcelos
LOUREDO – Carlos Mendes Magalhães
LUFREI – António Alexandrino F. Magalhães
MADALENA – Carlos Pereira
OLIVEIRA - José Leite Vieira
PADRONELO – Luís Ribeiro da Silva
REAL – José Augusto Sousa Oliveira
SALVADOR – António Pinheiro
SANCHE – Henrique Jorge Monteiro
TELÕES – Angelina Rosa Pinheiro Teixeira
TRAVANCA – Fernando Cunha
VARZEA – Abílio Sampaio
VILA CAÍZ – Abilio Ricardo
VILA CHÃ – Rui Coelho

Contados os elementos presentes na sala, verificou-se que havia quorum para se poder dar início aos trabalhos.

TOMADAS DE POSSE

Tomou posse nesta sessão o senhor José António Ribeiro em substituição de José da Silva Lima e Vera Lúcia Cerqueira Sampaio em substituição de Alcino Manuel Vaz Pedro de Carvalho.

Carlos António da Silva Carvalho substituiu o senhor Dr. Pedro Cunha e Cândido Costa substituiu o senhor José Manuel Azevedo.

Justificaram as faltas em devido tempo os senhores:

Presidente da Junta de Rebordelo, Presidente da Junta de Gondar e a Dra. Maria José Castelo Branco.

Seguidamente foi dada a conhecer a correspondência que se encontra em pasta própria arquivada no processo desta sessão da Assembleia Municipal.

Prosseguiram os trabalhos com a leitura de uma **Moção** relativa à construção da Barragem de Fridão recentemente anunciada pelo Governo. Com essa Moção pretende-se manifestar : 1-“a firme oposição à construção da Barragem de Fridão, solidarizando-se com a posição assumida pela Câmara Municipal;

2 -“a oposição a qualquer exploração da Barragem do Torrão a cota superior à actualmente em vigor, reiterando a sua vontade expressa em

17 de Janeiro de 1992". O documento integral encontra-se nos anexos desta acta.

Depois de lida foi proposta a sua admissão à discussão. Como ninguém se manifestou contra essa admissão foi a mesma admitida por UNANIMIDADE.

Posta então à discussão inscreveram-se os senhores:

ENG. LUIS VAN ZELLER – PSD

No uso da palavra, disse que seria oportuno que o senhor Presidente da Câmara os informasse acerca de todo este processo, porque, certamente, saberá mais e terá mais informações que os deputados municipais.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra, disse que o Grupo Municipal AFT, concordava com o teor da Moção agora apresentada. Se todos estamos à espera desta nova situação é necessário que todos estejamos preparados para ela. Quem leu a entrevista do senhor Presidente da Câmara, percebe que não há um rigor na defesa que faz do assunto agora em causa. Temos de ser consequentes nas afirmações que fazemos. É preciso abrir o debate a toda a gente. Este é um dos maiores problemas que Amarante futuramente vai ter. Leu de seguida uma intervenção titulada – Barragem de Fridão - que se encontra anexa a esta Acta.

SR. JORGE PEREIRA DA SILVA

No uso da palavra, começou por dizer que não se vai pronunciar neste momento se a Barragem é benéfica ou não. É um assunto demasiado sério para ser discutido levianamente. Ao votar-se uma Moção de rejeição, deve ter-se em conta que na construção de uma Barragem nem tudo é mau. As Barragens têm trazido, por esse país fora coisas boas. Economicamente pode ser bom. Devemos ouvir primeiro os técnicos. As riquezas energéticas do nosso país são demasiado importantes para poderem ser rejeitadas. É preciso ver o estado económico de Portugal e como tal não podemos deitar fora projectos desta envergadura. Devíamos, em primeiro lugar, pedir ao senhor Ministro que nos esclareça acerca dos critérios que utilizou para a escolha que fez.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra, disse que não percebeu porque é que o orador anterior foi contra as suas palavras. Na sua intervenção apresentou alguns argumentos que podem ser discutidos e aproveitados por quem os quiser. Não podem é ser regra. De seguida leu um texto que se encontra nos anexos desta acta.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, começou por dizer que pelas palavras dos oradores anteriores, se percebe que uns querem a Barragem e outros

não. Ele não quer . Há várias maneiras de Amar Amarante. Sempre que se fala na construção da barragem, quer a Câmara quer os membros do PS na Assembleia têm mantido sempre coerência relativamente a este tema. A razão de ter apresentado uma moção na reunião de Câmara, deve-se ao facto de ter lido no Diário de Notícias que estava para breve a apresentação do plano Nacional de barragens onde era dito que a de Fridão tinha carácter prioritário. Para ganharmos esta batalha vamos contar com a ajuda preciosa do Dr. Piloto, que como técnico superior de uma Câmara vizinha tem feito um grande trabalho. Continua a usar um discurso grande e eloquente onde só diz banalidades. Para ver isso basta consultar a Internet. Estas reacções, quer do Movimento quer do PSD, têm um significado muito especial que é o de saberem que o PS se vai manter à frente nesta luta e tal como em 1999 a vai ganhar. Pretendem ultrapassar a iniciativa do PS. É lógico que vão aceitar todos os contributos válidos para esta luta.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra disse que a Associação Amigos do Rio publicaram em 1994 um trabalho de ensaio, de natureza geopolítica que falava e alertava para os problemas da barragem.

Referiu um episódio ocorrido em 1995, por altura de uma cheia em Amarante, onde o senhor Presidente da Câmara lhe referiu que iria comprar o livro dos Amigos do Rio para mandar para a EDP. Em 1996, um então Vereador acusou-o de irresponsável no que dizia respeito à construção da Barragem. Não lhe interessa, nem lhe interessou isso. O que lhe interessa agora saber é como se vai resolver este problema que tão grave será para Amarante. O senhor Presidente da Câmara usou argumentos que nada dizem. Ele é o Presidente da Câmara e como tal tem obrigação de procurar resolver os problemas.

Usou de seguida a palavra o senhor **DR. ABEL COELHO** que disse que se for necessário altera-se o Regimento. Propõe-se a criação de uma Comissão de Acompanhamento e só depois é que se discute o assunto. Por sua vez a **DRA AMÉLIA OLIVEIRA**, referindo-se às palavras do senhor Presidente da Câmara, disse que o PSD nunca, em momento algum se colou ao PS. Quanto à luta e defesa do Hospital S. Gonçalo, quem começou com o processo foi o PSD. Não queiram tirar protagonismo daquilo que não começaram.

O senhor Presidente da Câmara pediu de novo a palavra para dizer ao Dr. Emanuel Queirós que admirava nas pessoas a relação entre a coerência e o discurso político. Disse-lhe que em tempos o senhor Ferreira Torres prometeu que acabava com as cheias no Arquinho. O Dr. Emanuel como membro devia seguir o líder. No município vizinho, onde é funcionário, até sabe que há graves problemas com a Barragem do Torrão e como tal o seu discurso não passa de um discurso “balofó”.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, a **Moção** foi posta à votação, tendo sido apurado o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA – 0

ABSTENÇÕES – 2 – do senhores deputados Dr. Macedo Teixeira e Jorge Pereira da Silva

VOTOS A FAVOR – 60 dos senhores deputados do PS, do PSD e AFT

Deu entrada de seguida uma proposta do PSD, que se encontra nos anexos desta acta, sob título: "Proposta da criação de uma comissão de acompanhamento e esclarecimento sobre a construção de uma barragem em Fridão". Esta proposta apesar de ser da autoria do PSD, foi subscrita por todos os líderes com assento na Assembleia Municipal.

Foi também lida uma proposta do Movimento AFT, que pretendia também que fosse criada uma Comissão de Acompanhamento. Por isso, o **Dr. EMANUEL QUEIRÓS** pediu a palavra para esclarecer que a actividade da Assembleia Municipal como entidade fiscalizadora, nada tem a ver com a da Câmara que tem actividade permanente. São instituições diferentes. Como membros da Assembleia devem constituir essa Comissão de Acompanhamento no seio da Assembleia Municipal. A Câmara Municipal já disse que era contra. Daí fazer todo o sentido criar-se já essa Comissão de Acompanhamento, que deverá englobar os independentes que estão na Assembleia. Ninguém deve ser excluído.

Perante estas palavras, o senhor **Dr. Celso, Presidente da Assembleia Municipal** disse-lhe que se forem aprovadas as duas propostas poderão resultar duas Comissões, o que não dignifica em nada a Assembleia Municipal. Aliás, o Dr. Emanuel assina as duas o que não parece de todo correcto. Perguntou-lhe então o que é que ele decidia.

O **DR. EMANUEL QUEIRÓS**, disse que aceita esta situação se a outra proposta inclui os independentes. Se mesmo assim isso causar problema, o Movimento AFT retirará a sua proposta.

A DRA. AMÉLIA OLIVEIRA, disse que fará chegar à mesa a mesma proposta que anteriormente apresentaram, assinada na mesma por todos, mas em papel branco. Quanto aos independentes, disse que eles não podem fazer parte porque não existem como grupo municipal da Assembleia Municipal.

Perante estes argumentos, o Dr. Emanuel Queirós retirou a sua proposta.

Por sua vez, O DR. MACEDO TEIXEIRA, disse que é mau retirar-se a proposta do AFT, porque primeiro devia ser analisada e avaliada. A não ser assim pode ferir os dois órgãos envolvidos, Câmara e Assembleia. A sua retirada pode ser má para as pessoas que a subscrevem.

Como mais ninguém usou da palavra, foi submetida à votação a proposta subscrita por todos os líderes. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 0

ABSTENÇÕES – 1 do senhor deputado Jorge Pereira da Silva

VOTOS A FAVOR – 62 dos restantes deputados com assento na Assembleia.

Deu entrada na mesa uma nova Proposta subscrita pelos senhores deputados do AFT, que foi lida sob título "Convocação de sessão Extraordinária da Assembleia Municipal", e se encontra nos anexos desta acta. Perante esta proposta foi feita uma pequena paragem nos trabalhos

para se poder verificar no Regimento se era ou não possível satisfazer o pedido que era feito na proposta. Para melhor esclarecer este assunto o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra aos senhores deputados que para isso se inscreveram.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra, disse que, uma vez que vai decorrer a discussão pública do assunto, parece-lhe útil manter viva a chama deste assunto. O prazo é preciso para que a Assembleia Municipal tome uma decisão em tempo útil. O prazo que apontam na proposta tem a ver com todos os condicionalismos. Se na próxima segunda-feira, dia 1 de Outubro, o Plano Nacional das Barragens for posto à discussão, o tempo para se tomar uma decisão fica ainda mais escasso. A ideia do prazo na sua proposta tem a ver com isso.

DR. NORTE SIMÕES – BE

No uso da palavra, disse que a proposta agora apresentada é extemporânea uma vez que já foi criada e aprovada uma Comissão de Acompanhamento que deverá tomar as demarches necessárias para fazer andar o processo. Vai votar contra a proposta.

Por sua vez a **DRA. AMÉLIA OLIVEIRA**, do PSD disse que concordava com o orador anterior porque se todos subscreveram a Moção, não lhe parece agora lógico que se procure agendar uma Assembleia Extraordinária.

O DR. ABEL COELHO – PS

No uso da palavra disse que subscrevia as palavras da Dra. Amélia. Disse que não gostava de votar contra um documento que lhe parece ter sido apresentado de boa fé. . Vai votar contra porque a questão, não sendo política tem erros processuais. Criou-se uma Comissão e se for agora aprovada esta proposta, a Comissão esvazia-se de competências. O seu voto é contra o processo e não um voto político. Era nesta altura um absurdo agendar-se uma Assembleia.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

A apresentação desta proposta tem a ver com facto de já em 1996 se ter constituído uma Comissão de Acompanhamento, que teve na altura apoio jurídico e que afinal produziu o quê? Que conclusões apareceram? Nunca deram conhecimento das diligências que tomaram o que quer dizer que a Comissão nessa altura nunca funcionou. Parece-lhe que vai acontecer agora o mesmo e se assim for a responsabilidade não é do Movimento AFT.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação da proposta que propunha a realização de uma assembleia extraordinária. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 48

ABSTENÇÕES – 0
VOTOS A FAVOR – 4 dos subscritores.

Perante este resultado o senhor deputado municipal Dr. Emanuel Queirós retirou a sua proposta.

Foi de seguida feita a leitura de um outro requerimento relacionado com o arquivo fotográfico-documental da ex-Foto-Arte. Este requerimento encontra-se nos anexos desta acta.

Perante este requerimento, o senhor Presidente da Assembleia disse que tratando-se de um requerimento, não haveria discussão e o mesmo seria encaminhado para a Câmara.

Entretanto o **senhor Presidente da Câmara** pediu a palavra para, acerca deste assunto, dizer que para a Câmara poder adquirir a colecção é, em primeiro lugar, necessário que o ou os proprietários a queiram vender. Depois é preciso que seja reconhecido valor histórico à mesma. Foi já dito ao senhor Eduardo Pinto que teria de depositar a sua colecção nos serviços da Câmara, para ser estudada e analisada. Pela conversa que teve com o senhor Eduardo pareceu-lhe que ele não está muito disponível para a vender, até porque uma das partes da colecção é da sociedade. Isto é uma situação que juridicamente terá de ser vista para que não se venham a criar problemas jurídicos.

Seguidamente deu entrada um outro requerimento, subscrito pelos senhores deputados do Movimento AFT, anexo a esta acta, onde se “recomenda à Câmara Municipal que de futuro elabore o relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias dos titulares do direito de oposição, de modo a permitir a sua apreciação de discussão pública na próxima Assembleia Municipal”.

Perante este requerimento, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que a exemplo do anterior, o iria encaminhar ao senhor Presidente da Câmara.

Deu também entrada na mesa uma **proposta anexa a esta acta**, subscrita pelos senhores deputados Dr. Emanuel Queirós e Dr. Joaquim José Macedo Teixeira acerca da recuperação de algum do património histórico do concelho de Amarante.

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, pôs a proposta à votação, tendo sido aceite a discussão da mesma.

Usaram da palavra os senhores:

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra, começou por referir-se à data do documento, que é de Junho de 2007, porque o documento estava pronto para a sessão de Junho. Mesmo assim é preciso que a Assembleia Municipal tome iniciativas que salvaguardem o nosso património, dado que são de importante relevância para o município. As intervenções no património são neste momento demasiado importantes e fundamentais. Tem de estar em bom estado e ser visitado. Tem de ser aberto e limpo. Neste momento a escola de Lufrei serve de armazém. A de Travanca tem partes do tecto a cair. Disse também que estas questões não se podem resumir só aos dois membros subscritores. A Câmara deve tomar uma posição, uma vez que se trata de uma mais valia para o concelho.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** usou da palavra para dizer que a Proposta solicita muitas coisas à Câmara. Parece-lhe que são assuntos muitos concretos, que fogem do âmbito da Assembleia. Assim sendo, a proposta será encaminhada para a Câmara.

Por sua vez, o **Dr. EMANUEL QUEIRÓS**, usou de novo a palavra para dizer que achava estranho o facto do senhor Presidente da Assembleia colocar tantas reservas aos requerimentos. Estes alertas servem tão só para chamar a atenção a quem de direito, da degradação dos monumentos em causa. É preciso que seja aplicado um plano para salvaguardar todo aquele património. As propostas apenas apontam para isso.

DR. NORTE SIMÕES – BE

No uso da palavra, disse que corroborava das palavras do senhor Presidente da Assembleia. Parece-lhe que as propostas não passam de meras recomendações. Por outro lado não lhe parece ser a altura correcta para se estarem a discutir propostas.

DR. ABEL COELHO – PS

No uso da palavra disse que a humanidade anda neste momento preocupada com a recuperação do património. A Itália, por exemplo, pediu há bem pouco tempo apoio à UNESCO para poder recuperar alguns dos monumentos do vasto património que possuem. Parece-lhe legítimo mas, por outro lado, não lhe parece lógico estar agora a discutir propostas que não estão agendadas. No Período de Antes da Ordem do Dia não podem ser discutidas propostas. A Assembleia não pode dizer à Câmara o que é que ela tem de fazer, e do mesmo modo a Câmara não pode intervir em edifícios que não são dela.

Foi dada a palavra ao senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que disse que a Câmara aceita esta proposta como recomendação, mas não se pode imiscuir no arranjo e conservação do património nacional. A Igreja de Telões vai sendo recuperada com o apoio da Câmara e da população da freguesia. O que foi feito no adro da igreja é preocupante, e o patronato devia dizer porque é que fez aquilo que lá está. Neste momento a Câmara está preocupada em recuperar o Património Municipal. A antiga cadeia, que tem o brasão de D. Sebastião devia ser recuperada, mas enquanto a Artesânia não desocupar o espaço que ocupa e tem neste momento fechado, não vai ser possível.

Quanto às igrejas de Travanca e Lufrei, a Câmara tem feito diligências para que se possam vir a recuperar, uma vez que não tem competências próprias para o fazer. Quanto a Lufrei, é preciso saber em primeiro lugar a quem pertence o imóvel. Se está sob a administração da igreja ou não. Só depois de sabermos isso é que é possível adiantar alguma coisa. O mosteiro de Travanca é público, mas está sob o domínio da Igreja. Tudo o que ali há, seja móvel e/ou imóvel é do domínio público.

DR. MACEDO TEIXEIRA- PSD

No uso da palavra começou por dizer que admira o colorido e o humor das palavras do senhor Presidente da Câmara. Disse-lhe também que não é dono do Patronato de Telões. Quanto às instalações da Artesânia disse-lhe que está à espera de uma resposta para uma pergunta que fizeram a 17 de Julho passado.

Perguntou-lhe de seguida onde está e o que é que se passa com a Biblioteca Camiliana? Um dos quadros do Amadeo ainda está no gabinete do Presidente da Câmara?

Quanto à proposta até entende que seja retirada para ser estudada ao pormenor.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra disse que o senhor Presidente da Câmara não pode divergir das questões essenciais. Há efectivamente património em muito mau estado. A proposta não foi feita por acaso. Quer ele, quer o Dr. Macedo Teixeira estudaram a lei de modo a poderem elaborar a proposta da forma que o fizeram. Vai retirar a proposta. Sai derrotado mas não sai vencido. Retira-a democraticamente.

PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Usaram da palavra neste período da Assembleia os senhores:

DR. NORTE SIMÕES – BE

O senhor deputado fez uma intervenção que se encontra anexa a esta acta, relacionada com a "intenção de incluir a Barragem de Fridão no Plano nacional de Barragens". Terminou essa intervenção dizendo que "o BE ...está certo de interpretar o sentimento das gentes de Amarante, opor-se-á frontalmente em todas as frentes e por todos os meios, a esta renovada intenção de construir a Barragem de Fridão"

DR. MACEDO TEIXEIRA – PSD

No uso da palavra, disse que perante o que ouviu a decisão que o trouxe à Assembleia Municipal justifica-se plenamente. A sua presença prende-se hoje quase só com o ganho que a senha de presença lhe pode trazer. Tem lido os artigos de A Magalhães, que bem lidos e analisados constituem uma verdadeira cartilha Maternal. Seguindo o velho epíteto "é a hora do guerreiro descansar". Tem nojo de si próprio, tendo em conta a perspectiva política e democrática que hoje se vive. A história da democracia nestas bandas está a ficar baça e a ganhar gangrena. O projecto de uma democracia humanista fenece. Está muito preocupado com tudo isto, e por isso está já a preparar o seu testamento político final. Não admite que os filhos bastardos comam apenas o que lhes toca por hereditariedade. Há outros que comem tudo. Terminou a sua intervenção pedindo desculpa por qualquer acto menos comedido que até agora tenha cometido. Desejou paz e saúde a todos porque da sua parte esta atitude é honesta.

PROF. JORGE PINTO – PS

No uso da palavra começou por dizer que por mais respeito que tenha pelo anterior orador, não pode ficar indiferente às palavras que ele proferiu. O Dr. Teixeira disse coisas extremamente graves, que não provou nem apresentou provas. Referiu-se a obras literárias oferecidas pelo Engenheiro Alvellos, invocando factos que não consegue provar, lançando suspeitas infundadas.

Invocou também o desaparecimento de um quadro de Amadeo. O caso na altura foi investigado pela PJ que deu o caso por encerrado, tendo sido accionado o respectivo seguro. Agora dizer que o quadro pode estar no Gabinete do senhor Presidente não é sério e pode criar desconfianças. Todo o património está inventariado e como tal é muito mau criar desconfianças desta ordem.

Referiu-se depois à absoluta normalidade que se verificou no arranque do ano lectivo em Amarante. Afinal tem sido feito um bom trabalho que tem permitido que assim seja.

O projecto Tâmega Digital foi outro grande passo que agora foi dado. Logo que esteja a funcionar em pleno, todos verão o quanto de bom isso trará aos cidadãos. Felicitou também a Câmara por, mais uma vez, levar a efeito a realização do Congresso Histórico.

DR. MACEDO TEIXEIRA – PSD

Usou de novo a palavra para dizer ao Professor Jorge Pinto que ele entendeu mal as suas palavras, Não disse que ninguém desviou nada. Apenas perguntou se estava no gabinete do Senhor Presidente. Mesmo que o valor do quadro tenha sido recuperado não é a mesma coisa que ter o quadro. Teve os maiores opositores dentro do seu partido. Não é sabujo de ninguém e por isso quando tem de dizer as verdades di-las.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra, alertar e ver esclarecidas as seguintes questões:

A primeira prende-se com a poluição do nosso rio e do lançamento dos hidrocarbonetos que se dizia serem lançados para o Rio por uma determinada empresa, situação que afinal não se veio a provar em Tribunal. Mesmo assim, a Câmara continua a insistir e lançar suspeitas sobre essa mesma pessoa. Não está mandatado por ninguém, mas a sua consciência obriga-o a fazê-lo. Aliás parece que também há suspeitas sobre a Câmara, daí esta não ter o direito de criticar seja quem for. Devemos ser críticos de nós mesmos.

A segunda questão prende-se com a educação. Visitou recentemente a Escola da Torreira, e verificou que estava num estado miserável. É sua obrigação trazer estes assuntos para a Assembleia Municipal. A Escola tem lâmpadas a cair do tecto. O mobiliário está muito degradado. As crianças que agora entram para a escola vão encontrar isto. Vêm de um bom infantário. Não é certamente por falta de dinheiro, uma vez que a Câmara tem depositados 7 milhões de euros no banco.

Sabe que neste momento já foi substituído o mobiliário de 2 salas. Acontece que são 8, o que quer dizer que 6 continuam no mesmo estado.

A escola, de um modo geral encontra-se muito degradada. Se a carta educativa prevê que a escola seja uma escola de referência devia estar em muito boas condições.

SR. JULIO MOREIRA – PSD

O senhor deputado fez uma intervenção que se encontra anexa a esta acta onde começa por dizer que “gostaria de informar que esta minha intervenção é toda ela baseada e inspirada pelo que de triste e negativo se passou na última assembleia”.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra começou por dizer que concordava com as palavras do Dr. Norte Simões, porque todos sabemos que a ciência caminha no sentido da resolução do erro.

Ao Dr. Emanuel Queirós e ao Dr. Macedo Teixeira disse que pelo menos tenta ter desejos éticos e de rigor. Tem de ser coerente. Enquanto político tenta transmitir aos outros aquilo que é. Assim o exige aos outros.

Disse que em relação a algumas propostas que vão aparecendo, parece-lhe que muitas vezes elas são apresentadas de má fé. O Dr. Macedo Teixeira que até devia ter defendido a proposta que se subscreveu, vem dizer que o assunto até nem tem muita importância e que apenas veio à sessão de hoje para ganhar a senha de presença. Estamos a entrar no lodaçal. Os recentes artigos nos jornais são sinónimo disso mesmo. Falou o Dr. Teixeira no desaparecimento de um quadro de Amadeo, mas esqueceu-se de dizer que em tempos desapareceu um quadro do pintor Emílio Cerejo de que até hoje não se sabe o rasto. O Dr. Teixeira disse muitas coisas que afinal não passam de barbaridades. Aliás, os artigos que o Dr. Teixeira vai escrevendo na imprensa regional são perigosos. Hoje, há muito mais rigor do que havia no tempo em que ele foi Presidente da Câmara. O Dr. Teixeira referiu-se a um testamento que diz que vai fazer, mas avisou-o que não quer nada daquilo que ele tenha ideia de lhe deixar. Disse ao Dr. Teixeira que ele devia ter mais cuidado com o que diz, até porque esta Câmara sempre teve para com ele um comportamento exemplar, aliás atitude que ele não tomaria se fosse Presidente da Câmara.

Agradeceu ao Professor Jorge Pinto as palavras que anteriormente proferiu. O mérito na abertura das escolas deveu-se ao empenhamento de todos. O senhor Presidente reconheceu que o parque escolar apresenta aqui ou ali algumas deficiências que caso a caso vão sendo colmatadas. Cada vez é mais difícil gerir o Parque escolar, mas os problemas não são assim tantos que não se vão resolvendo. Os poucos casos que existem são pontuais.

Referiu também os livros da Biblioteca Camiliana, livros esses que depois que entraram e foram catalogados pelos serviços da Câmara, nunca mais desapareceu nenhum. Gostava era de saber onde estão os catálogos da Gulbenkian mandados fazer no tempo do Dr. Teixeira?

Respondeu de seguida ao Dr. Emanuel Queirós dizendo-lhe que relativamente ao processo da poluição no rio, o Tribunal mandou arquivar o processo sob o pretexto de que as análises que foram recolhidas da

forma que foram, não podiam ser utilizadas como prova. Em 5 de Julho, porque houve reincidência, foi feita uma outra recolha numa das caixas à saída do posto de combustível, liquido esse que mostrou aos presentes. Seja que liquido for aquele, não podia nem devia ser mandado para uma caixa de águas pluviais. Se esse líquido não saía do tal posto de combustível, o proprietário não tinha nada que se preocupar. Da última vez passou-se o que já se tinha passado. Não levantou suspeitas sobre ninguém, apenas alertou para o caso numa atitude cívica. Na passada quinta-feira o rio cheirou de novo a gasóleo. Foi alertado o proprietário, para se isto continuasse iria mandar tamponar de uma vez por todas o aqueduto e só o abrirá com uma decisão do tribunal. Se realmente não for daquele posto mais alguém se irá queixar. As recolhas não foram para o laboratório porque na altura e porque houve alguma precipitação, não foram recolhidas em frascos próprios nem por técnicos credenciados e como tal, segundo o tribunal não faziam prova credível.

Desta última vez foi chamado o SEPNA e o Senhor Delegado do Procurador da República, para virem fazer as recolhas. Apesar disso, e não querendo fazer juízos de valor, verificou que o SEPNA demorou 2 horas a chegar e o Delegado nem sequer apareceu.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra, disse que quando usa da palavra, não pretende provocar ninguém. Apenas pretende alertar para os problemas. Quem provoca é o senhor Presidente da Câmara. O senhor Presidente ao trazer a esta Assembleia o liquido que trouxe só mostra em que condições está o saneamento público. Amarante está apenas coberta em termos de saneamento a 17%. Consegue ter menos 1% que o Marco. Em Julho o colector que se encontra na Feitoria estava a deitar directamente para o Rio. Isto é muito mau e só prova que o saneamento está mal dimensionado.

SR. JORGE PEREIRA DA SILVA – AFT

No uso da palavra começou por dizer que a sua honra tem sido gravemente ofendida. Tem 50 anos de Amarante. Aos 11 já trabalhava. Nunca foi tão mal tratado como tem sido nos últimos tempos. Pensava que este caso já estava encerrado. Afinal, parece que continua a ser apenas ele o único poluidor do ambiente. Sempre foi uma pessoa séria e com caracter. O Presidente da Câmara nunca devia ter feito o que fez. Há-de pagar um dia por isso. A sua empresa é a única que em Amarante respeita as regras de protecção ambiental. Se o senhor Presidente quiser saber de onde vem a poluição pode mostrar-lhe. Perguntou se o posto do Arquinho por acaso não polui?

É muito difícil viver numa sociedade que o senhor Presidente da Câmara defende. Não precisa que ninguém nesta Assembleia o defenda. Não foi a Petrotâmega que poluiu o rio. Há muitos outros factores que para isso contribuíram ao longo dos anos, mas parece que ninguém quer assumir isso. Terminou a sua intervenção dizendo que basta de perseguição política. A sua intervenção política vai no sentido de ajudar Amarante.

DR. MACEDO TEIXEIRA – PSD

No uso da palavra começou por dizer que o senhor Presidente da Câmara se referiu à sua vida particular e não devia tê-lo feito. Disse também que quando lhe fizeram bem agradeceu-o em devido tempo. Extravasou tudo que vai para além daquilo que deve ser o papel e o estatuto de um Presidente de Câmara. O senhor Presidente da Câmara quase que quis suspeitar que o Dr. Macedo Teixeira se aproveitou de uns quejandos. Disse aquilo que não devia ter dito. Quanto aos quadros apenas quis saber se ainda existiam. Relativamente aos livros, disse-lhe que lhe deram muito que fazer. Não queria recorrer às autoridades para repor a verdade dos factos. Terminou, pedindo ao senhor Presidente a marcação de um dia para se resolver o problema da Artesânia.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, disse que nem sequer falou no nome do senhor Jorge pereira da Silva. Agora, fica triste por ouvi-lo dizer que sabe quem polui e não quer dizer quem são essas pessoas. Como deputado Municipal devia fazê-lo. Seguidamente disse ao Dr. Emanuel Queirós que em cada intervenção que faz cada vez se percebe melhor que ele está de má fé. A recolha do liquido que mostrou foi feita na caixa de águas pluviais à porta da dita empresa. Poderá um dia ir para a rede de saneamento logo que o tratamento a esses resíduos for devidamente bem feito. Nada mais dirá acerca deste assunto.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

Usando a figura de defesa da honra o senhor deputado disse que o que diz é em nome do Povo, é em nome de Amarante e como cidadão pleno de Amarante.

SR. JORGE PEREIRA DA SILVA – IND.

No uso da palavra disse que a sua empresa tem uma caixa própria, chamada a caixa das amostras. O liquido que foi mostrado foi recolhido numa caixa da via pública, logo não era do seu posto de combustíveis.

Está de consciência tranquila. Não foi feito um trabalho de fiscalização eficiente na Madalena, e há hoje muitos restaurantes e outros tipos de negócios que drenam para os esgotos. Tem consciência do quanto polui um litro de gasóleo. Terminou dizendo ao senhor Presidente da Câmara que ele sabe muito bem quem polui. Tem é de investigar.

Terminado este período da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público presente, uma vez que o Regimento da assembleia assim o prevê. Como ninguém dos presentes se inscreveu, passou-se de imediato ao Período da Ordem do Dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO Nº 1 – APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE JUNHO DE 2007

Relativamente a este ponto, usaram da palavra os senhores:

DR. NORTE SIMÕES – BE

No uso da palavra, disse que na página 18 da acta, no texto da sua intervenção, no segundo parágrafo onde se lê: "...da escola de Roçadas, o que se vem confirmar a indisponibilidade...", deve ler-se "...da escola de Roçadas, o que se for verdade só vem confirmar a indisponibilidade...".

DR. ABEL COELHO – PS

No uso da palavra, disse que tem de haver um entendimento na elaboração das actas. No que diz respeito às suas intervenções, disse que prescindia que elas fizessem parte da acta bastando que apenas se dissesse que os textos escritos que fossem lidos constavam dos anexos da acta. Aliás, era assim que devia ser. As pessoas deviam trazer por escrito aquilo que pretendiam ver na acta. Solicitou depois que na página 11 onde se lê. "...Quando foi Vereador no triénio 82/85, o PSD era uma boa oposição ", deve ler-se "...Quando foi Vereador no triénio 82/85, o PS era uma boa oposição". Na página 26, no último parágrafo, onde se lê "...Assegurada pela aplicação de valores e princípios.", deve ler-se "...assegurada pela abdicação de valores e princípios."

DRA. ROSA CASTRO – AFT

No uso da palavra, disse que relativamente ao documento agora em análise, a gravação mostra que há desconformidade entre a gravação e a acta. Sendo assim, esta acta é um documento falso que não espelha aquilo que efectivamente se passou na sessão.

Perante estas palavras, o senhor Presidente da Assembleia disse-lhe para ela concretizar as falsificações da acta. Só assim, apresentando as alterações é que é possível fazer comparações para se poder aferir das tais falsificações.

Por sua vez a senhora deputada, continuou a dizer que o texto não é real e como tal é falso. Apesar disso não apresentou qualquer texto de alterações.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra, disse que o foi dito é sempre o mesmo das últimas sessões. A acta continua a não ser bem feita e como tal não poderão mais uma vez aprovar esta acta. Isto não é uma crítica pessoal,

mas apenas uma crítica ao documento. Eles, como membros da Assembleia não se revêem no texto. Nesta acta até não é muito prejudicado, mas não são as suas intervenções que estão em causa mas sim um documento que fará a história da Assembleia Municipal.

Referiu a proposta subscrita por ele e pelo Dr. Macedo Teixeira, que na devida altura foi retirada, facto esse que não consta da Acta. Não é também referida a justificação de falta do senhor Dr. Macedo Teixeira.

Nos anexos estão as intervenções. Se assim continuar quase nem seria preciso fazer uma acta muito elaborada. Há contudo uma intervenção sua que está efectivamente em anexo, mas à qual falta uma página.

O senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, usou de novo a palavra para dizer que as actas são o que são e não podem ser aquilo que as pessoas querem. Não é nenhuma obrigação escrever integralmente tudo que é dito pelos senhores deputados, até porque a lei é clara quando no artigo 92º da lei 169/99 diz que "a acta deve ser um documento resumido daquilo que se passa na sessão". As actas não são feitas usando má fé e como tal não pode ninguém acusar o documento de ser falso.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 7

ABSTENÇÕES – 0

VOTOS A FAVOR – 48

A acta foi aprovada em minuta por UNANIMIDADE.

Nesta altura, e dado o adiantado da hora, o senhor Presidente da Assembleia propôs um intervalo para almoço. O reinício dos trabalhos seria feito às 15 horas.

PONTO Nº 2 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Usaram da palavra os senhores:

DR. ANTÓNIO JORGE V. RICARDO – PSD

Relativamente a este documento disse que "Mais uma vez e sabendo à partida que este pedido irá ter a mesma atenção dos já efectuados anteriormente, isto é, nenhuma, saliento o facto de ser lamentável a forma como continuam a ser apresentados os documentos que são redigidos manualmente. Se a intenção é não serem perceptíveis, pois bem, continuem, se pelo contrário, o seu conteúdo é para ser lido e percebido, então de uma vez por todas alterem esta forma de apresentação. Não está aqui ninguém em causa, mas sim o serviço em si". Relativamente aos pontos do Relatório de Actividades fez uma intervenção que se encontra anexa a esta acta.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra começou por dizer que mais uma vez as obrigações da lei no seu artigo 53º da Lei 169/99 não foi cumprida. Não se sabe o saldo e o estado actual das dívidas a fornecedores. As associações participadas continuam a não estar representadas nos relatórios de contas, como seja a ADEFORMA, a AMRT e Agência de Desenvolvimento. A Câmara não pretende pelos vistos alterar a prática. Não há suspeições nem insinuações, são factos.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, começou por dizer ao senhor Dr. Ricardo, que relativamente ao abandono da obra de repavimentação da EM 567 e outras por ele apontadas, que o empreiteiro requereu a insolvência. Por esse facto, a Câmara já deliberou abrir novo concurso. Há todo um sistema burocrático que é preciso cumprir de novo. A muito breve prazo, as obras recomeçarão.

Quanto á limpeza dos contentores vai ver o que se passa.

Disse também que gostava de ver uma realização de obras maior. Contudo, 60% parece-lhe já um bom indicador.

Quanto ao capital social das empresas participadas, disse ao Dr. Emanuel Queirós que essa informação é dada anualmente e já foi dada. Só é obrigado a dar informação desses valores por altura da apresentação do relatório de contas. As associações não têm capital. Têm apenas associados e as que referiu já não funcionam há muito. Muitas delas até se esquecem de pagar as quotas. A Associação dos Municípios Ribeirinhos do Tâmega está sediada em Chaves e toda a documentação que a ela diz respeito está lá. As duvidas que o senhor Dr. Emanuel possa ter quanto à legalidade dos actos, pode tirá-las junto dos inspectores do IGAT que neste momento se encontram na Câmara a efectuar uma inspecção de rotina, dúvidas essas que certamente eles lhe esclarecerão.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

Referindo-se às palavras do senhor Presidente, disse-lhe que na altura a ADEFORMA, presidida pela Câmara Municipal de Amarante, ficou a dever salários aos funcionários, problema que até hoje não foi resolvido. As intervenções dos deputados do Movimento AFT, não são contra o Presidente da Câmara mas apenas em favor de Amarante. Em Outubro de 1997 colocou ao senhor Presidente da Câmara todas estas questões, e hoje em Outubro de 2007, ainda não estão resolvidas. O Presidente da Câmara tem nas mãos o poder de querer ou não resolver o problema. São os assuntos do município que o Presidente da Câmara tem de resolver. São dívidas a 21 funcionários, que não foram pagas à Caixa Geral de Aposentações.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, disse que os problemas da ADEFORMA têm de ser postos à ADEFORMA. Quem deve não é a Câmara nem o município. Como ainda não foi extinta, têm de ser chamados os associados que

entre todos terão de resolver o problema. Quem julga que tem direitos para com a ADEFORMA, deve mover uma acção contra essa instituição. Ainda há poucos dias a Câmara pagou uma dívida dessa Instituição, dívida essa que um dia há-de ser paga em partes iguais pelos associados.

A Câmara Municipal sempre cumpriu os compromissos que assumiu.

PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS

Usaram da palavra relativamente a este ponto os senhores:

DR. NORTE SIMÕES – BE

Relativamente a este ponto o senhor deputado fez uma intervenção que se encontra anexa a esta acta. Terminou a sua intervenção dizendo que votava contra a proposta agora apresentada.

DR. ANTÓNIO JORGE RICARDO – PSD

No uso da palavra começou por dizer que o PSD votará favoravelmente a manutenção das taxas de IMI. A intervenção integral do senhor deputado encontra-se nos anexos desta acta.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra, o senhor deputado defendeu taxas na ordem dos 0,2% para os prédios avaliados nos termos do CIMI e 0,4% para os demais prédios. A sua intervenção, relativa a este assunto encontra-se nos anexos desta acta.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara disse que o BE continua coerente. Disse também que a lei é injusta, lei essa do tempo do PSD no governo. Veio criar desequilíbrios maiores do que aqueles que já existiam. Mantendo-se o nível de receitas, não se justifica neste momento baixar as taxas. Amarante é dos poucos concelhos que mantém os 0,3% nos prédios urbanos. A opção é manter esse critério, tornando-o mais justo possível.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 7

ABSTENÇÕES -2

VOTOS A FAVOR – 51

O documento foi aprovado em minuta por UNANIMIDADE.

PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CARTA EDUCATIVA PARA O CONCELHO DE AMARANTE

Usaram da palavra os senhores:

DR. NORTE SIMÕES – BE

No uso da palavra disse que foi muito fraca ou quase nula a participação da comunidade educativa através dos seus representantes, na análise da carta educativa. O documento enferma de graves deficiências.

A intervenção na integra do senhor deputado encontra-se nos anexos desta acta.

ENG. ALBERTO SAMPAIO – PSD

Relativamente a este ponto o senhor deputado fez a intervenção que se encontra anexa a esta acta.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

Relativamente a este ponto, o senhor deputado fez uma intervenção que se encontra em anexo a esta acta.

DRA. ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra começou por dizer que depois de tudo o que acabou de ouvir ficou estarrecida. O Dr. Norte Simões referiu por exemplo a construção de uma escola pública em Vila Meã. Como os agrupamentos funcionam em verticalidade não pode ali constituir-se um agrupamento. Para isso já existe Telões. Disse também que o Conselho Municipal da Educação deu um parecer bastante favorável a esta carta educativa, embora como todos já devem ter notado não o tenham ainda recebido com a documentação para esta sessão.

Continuou a sua intervenção para dizer que quem está no planeamento sabe muito bem como lutar contra o inimigo. O Dr. Emanuel está a tentar levar as pessoas para além do razoável. Não vai querer que o pensamento do PS seja igual ao do Movimento AFT. Na carta estão bem assinalados onde vão ser feitos os Centros Escolares. Quanto ao pessoal, está já há algum tempo para ser constituído o quadro concelhio não docente. Referiu também que a lei não permite que abaixo de 20 alunos sejam constituídas turmas com vários níveis de escolaridade. Há em todo este processo questões técnicas que é preciso entender. A Carta Educativa está bem estruturada, tem boa estratégia e teve em consideração todos os pormenores. Terminou a sua intervenção alertando o senhor Presidente da Câmara para não se deixar manipular e alertou as outras bancadas para o facto de em vez de exigirem devessem apresentar propostas.

PROF. PAULO VASCONCELOS – PRESIDENTE DA JUNTA DA LOMBA

No uso da palavra, começou por dizer que o documento tecnicamente é muito bom e como tal merece ser aprovado. Mais do que a tática política é importante resolver os problemas da escola, os problemas que as pessoas sentem respeitantes a pais e alunos. A Carta Escolar aparece para resolver muitos desses problemas. O parque escolar está efectivamente velho. Poderá este documento ser o arranque para a melhoria. O PSD nesta matéria tem uma atitude responsável superando-se nesta matéria aos interesses privados que possam vir a acontecer. Pediu ao senhor Presidente da Câmara que lute por isto, que lute para termos as melhores escolas do país e aí sim, terá o apoio incondicional do PSD. Espera que nesta luta o Conselho Municipal da Educação seja muito exigente. Preocupa-o a expectativa que venha a ser criada depois da aprovação deste documento. Terminou a sua intervenção pedindo a pais, alunos e professores que lutem por isto, para que todos possamos ter orgulho neste trabalho.

DR. NORTE SIMÕES – BE

Usou de novo a palavra para dizer que o BE defende, tanto quanto o PS o ensino público. Não haver esse tipo de ensino em Vila Meã é uma falha. Constatando-se essa falha nesta Carta Educativa e por uma questão de coerência com aquilo que o BE defende vai votar contra.

ENG. ALBERTO SAMPAIO – PSD

No uso da palavra, disse que a bancada do PSD gostava de votar a favor este documento, mas como continuam a existir erros formais que não foram ultrapassados, vão abster-se. Há efectivamente questões que foram colmatadas, mas que não são ainda suficientes. A DREN devia, por exemplo ter tido uma posição mais forte em todo este processo. Esperam ainda que ao longo do tempo venham a acontecer alguns ajustes que certamente conduzirão a melhorias.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra, disse que lamentavelmente continuamos com a lei da rolha. Continuam a não ter tempo para defender Amarante. Não quer entrar em guerras com ninguém, mas este não é o seu tempo como amarantino.

DR. ABEL COELHO – PS

No uso da palavra disse que efectivamente a discussão é política. O documento já foi discutido a nível técnico e afinal é unânime a opinião que está bem feito. Apenas se corrigiram alguns pequenos pormenores técnicos.

Disse também que sempre foi séptico em relação ao planeamento a longo prazo. Com maior ou menor planeamento, apenas quer para Amarante os melhores centros escolares. O documento é um bom

documento de trabalho e como tal deve ser votado favoravelmente. Referiu também que o Programa Novas Oportunidades é um bom programa que está contemplado nesta Carta.

DRA. ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra, a senhora deputada referiu-se a este documento como sendo um documento estratégico para o nosso Concelho. Referiu-se à arte da guerra que data do ano 400 a.c. Essa estratégia permite evitar a guerra até ao limite. Devemos evitá-la até que estejam esgotadas todas as outras estratégias.

Entretanto o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** explicou porque é que os senhores deputados não receberam o parecer do Conselho Municipal da Educação. Aliás, isso foi explicado aquando da reunião de líderes no passado dia 14 de Setembro. Tal deveu-se ao facto de só no dia 21 de Setembro o Conselho Municipal de Educação ter reunido e como tal a documentação saiu da Câmara sem o dito documento. Para que não ficassem dúvidas o senhor Secretário da Assembleia leu o dito parecer na íntegra.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara começou por dizer que nada existe de ilegal nesta proposta de Carta Educativa. O documento foi elaborado pela Câmara, foi ao Conselho Municipal da Educação e depois submetido à Assembleia Municipal. Em tempos o Engenheiro Luís Ramos, escreveu um artigo na imprensa local pondo em aberto questões de ilegalidade. Uns dias depois, pela mesma via respondeu às questões que o Engenheiro tinha então colocado.

A lei diz no artigo 9º e 10º que a Carta deve ser elaborada tendo em conta os edifícios construídos e a construir. Não há nesta matéria comparação possível entre os governos do PSD e os do PS. O Dec. Lei surgiu a meio do ano e o tempo para elaborar a Carta de acordo com a lei foi curto. Mesmo havendo a lei, verifica-se que a mesma tem muitas contradições. Mas se fossemos estar à espera das condições ideais nunca mais a carta avançava. É necessário construir mais escolas e melhorar as existentes para ir de encontro aos objectivos dos alunos, dos pais e do Estado. É interesse da Câmara avançar rapidamente com os Centros Escolares. Neste momento já falou com professores, pais, e Presidentes de Junta de modo a chegar-se a acordo quanto aos melhores locais para a sua futura construção.

Os pais hoje, já reclamam a escola a tempo inteiro. Exigem que os professores trabalhem das 9 horas às 17.30. O importante no meio disto tudo é que até 2010 o processo avance e se indiquem com rigor os lugares onde serão construídos esses centros. Terminou a sua intervenção dizendo que o documento merece ser aprovado, sabendo que estamos numa política de planeamento e não de planificação, porque afinal há ainda muita gente que continua a confundir os dois conceitos.

ENG. ALBERTO SAMPAIO – PSD

No uso da palavra, disse que o PSD foi honesto na análise desta proposta, até porque teve de a explicar aos seus militantes. Disse também que as alterações que em tempos o PSD pediu foram em parte satisfeitas. Os reparos que então foram feitos nada têm de político. Perguntou se falar em taxas de abandono será o mesmo que falar de política? Não será isso uma questão técnica?

O contributo do PSD foi meramente técnico e não qualquer outro. Gostavam de votar a favor mas por uma questão de cumprimento da Lei não o vão fazer.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 8

ABSTENÇÕES – 9

VOTOS A FAVOR- 39

Este ponto foi também aprovado em Minuta por UNANIMIDADE.

O Movimento AFT, apresentou uma declaração de voto, que se encontra nos anexos desta acta.

PONTO Nº 5 – TERRENOS PARA A CONSTRUÇÃO DO NOVO HOSPITAL DE AMARANTE – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

Usaram da palavra os senhores:

SR. MANUEL ANTUNES – PSD

No uso da palavra o senhor deputado disse que depois de ter lido a proposta da senhora Vereadora e os pareceres do senhor Arquitecto Mesquita e as normas da CCDR parece-lhe que a denominação correcta do título da proposta devia ser “declaração de interesse municipal” e não interesse público conforme é referido, porque esse é da competência do governo. Na sua opinião deve então a declaração ser de interesse municipal.

ENG. VAN ZELLER – PSD

Disse que ia usar da palavra apenas pelo conhecimento que tem do regime da RAN, Reserva Agrícola Nacional, que é um dos que está citado na proposta e que exige declaração. Na sua opinião essa declaração deve ser de interesse público municipal. A norma que a senhora Vereadora inclui na proposta da Comissão de Coordenação, refere declaração de interesse municipal, mas subentende-se que é público municipal. Se na proposta acrescentarmos público municipal porque se trata de uma obra

no município o problema fica resolvido. Por outro lado, a Câmara tinha ganho algum tempo relativamente à RAN porque se trata de dois processos paralelos. Há um pedido que tem de ir para a CCDR para efeito da análise em REN com a declaração da Assembleia e outro para a RAN, situação que podia ser antecipada com a aprovação a nível do executivo de uma declaração do interesse municipal. Teriam ganho tempo, porque para efeito de RAN trata-se apenas de utilizar o terreno para um outro fim como será o hospital. A Comissão Regional da Reserva Agrícola não exige a declaração da Assembleia Municipal, bastando-lhe uma declaração da Câmara. Contudo, ainda que mais demorada esta declaração fará o mesmo efeito.

DRA. OCTÁVIA CLEMENTE – VICE PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, disse que tem de ser a Assembleia a emitir a declaração, uma vez que é essa uma das exigências da CCDR. Sem esta declaração não é proposto ao senhor Ministro o interesse público e portanto tem de ser a Assembleia a pronunciar-se.

Em segundo lugar, quanto à questão do interesse público municipal, entende que efectivamente deve ser do interesse público municipal. Ela apenas transcreveu o que está nos normativos da CCDR, porque a Assembleia reconhece o interesse municipal, que obviamente é público, até porque se trata da construção de um novo hospital. Quem vai reconhecer esse interesse público é o senhor Ministro do Ambiente, responsável conjuntamente com o senhor Ministro da Saúde. Os dois irão reconhecer o interesse público, sobre a declaração emitida pela Assembleia Municipal. Não vê qualquer inconveniente que seja alterado o título da proposta.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto da ordem de trabalhos. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 0

ABSTENÇÕES – 0

VOTOS A FAVOR – 56

O ponto da ordem de trabalhos foi aprovado por UNANIMIDADE. Posta à votação a Minuta foi também aprovada por UNANIMIDADE.

PONTO Nº 6 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADESÃO AO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA À ÁREA SUL DO GRANDE PORTO – CONCESSIONADO ÀS ÁGUAS DOURO E PAIVA.

Relativamente a este ponto usaram da palavra os senhores:

DR. MACEDO TEIXEIRA – PSD

No uso da palavra, disse que dada a extensão e a importância da agenda de trabalho para esta sessão, teria sido importante dividir a sessão em duas. Há aqui assuntos que mereciam um dia para serem discutidos. Muitas vezes, dizem-se coisas que não se devem e entra-se

em comportamentos pouco civilizados. Esta sua intervenção não pretende ser mais que um mero conselho.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato á votação. Apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 0

ABSTENÇÕES – 0

VOTOS A FAVOR – 56

O ponto da ordem de trabalhos foi aprovado por UNANIMIDADE. Posta à votação a Minuta foi também aprovada por UNANIMIDADE.

Como não havia mais nenhum ponto agendado na Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos quando eram 17.30 horas. Desta sessão foi lavrada a presente acta que depois de aprovada vai ser assinada pelo Senhor Presidente e os seus Secretários:

O PRESIDENTE_____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO_____

O SEGUNDO SECRETÁRIO_____

